



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

NOVA CONSTITUINTE: DA INVASÃO, AO QUILOMBO, AO BAIRRO

NATALI DE OLIVEIRA PASSOS¹

RINALDO DE CASTILHO ROSSI²

Resumo: No presente artigo adota-se uma perspectiva decolonial, a partir do *locus* de enunciação do negro da periferia, a fim de colocar em evidência as visões, práticas e lutas envolvidas no processo de emancipação de Nova Constituinte, bairro negro do Subúrbio Ferroviário de Salvador, construído, em grande parte, pelos próprios moradores. Analisadas enquanto táticas, os modos de apropriação e uso do solo empregadas pelos moradores de Nova Constituinte permitiram uma comparação com os modos históricos de resistência e consolidação de territorialidades negras no Brasil. Isso porque a evidência da discriminação e da segregação urbana e racial associada à construção de uma identidade em âmbito local, convergem para a evidência de que este bairro, ainda que jovem, pode ser considerado enquanto quilombo urbano.

Palavras-chave: quilombo urbano; territorialidade negra; segregação sociorracial.

1. INTRODUÇÃO

Na vasta produção acadêmica a respeito da questão urbana no Brasil, raramente são encontradas pesquisas que consideram as visões e práticas dos que sofrem discriminação e racismo. Estes percebem e vivem a cidade de uma forma própria, compondo uma totalidade plural e complexa. Assim, é flagrante a perspectiva eurocêntrica predominante na produção científica, especialmente nas ciências sociais.

Eurocentrismo é uma perspectiva do conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental no século XVII, tornando-se mundialmente hegemônica, colonizando as demais formas de conhecer e a seus saberes concretos. Como elaboração intelectual da modernidade, a visão eurocêntrica está associada ao

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: passos.natali@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: rinaldocrossi@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

pensamento burguês europeu e a busca por um padrão mundial capitalista, colonial e moderno (QUIJANO, 2005).

Em resposta a esta concepção, surge uma rede de intelectuais latino-americanos em torno da decolonialidade, propondo outra visão de Modernidade (BERNADINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016).

O projeto decolonial localiza o início do sistema-mundo capitalista /patriarcal / cristão / moderno / colônial / europeu em 1492, considerando que Espanha, primeira nação “moderna”, inaugura a primeira etapa Moderna: o mercantilismo mundial. Assim, argumenta-se que o colonialismo foi a condição *sine qua non* de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade, ou seja, sem colonialismo não haveria modernidade (DUSSEL, 2005; BERNADINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016).

A partir dessa formulação tornou-se evidente a centralidade do conceito de colonialidade do poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo. Isso não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento. (QUIJANO, 2005; BERNADINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016).

Para os teóricos da decolonialidade, é a partir das fronteiras demarcadas pela diferença colonial, que atua a colonialidade do poder, como também, é daí que pode emergir o pensamento de fronteira como projeto decolonial. Assim, nesta perspectiva, tais fronteiras constituem-se como *loci* enunciativos de onde podem ser formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos (BERNADINOCOSTA; GROSGUÉL, 2016).

Diante do exposto, entendemos que para pensar a condição do negro na sociedade brasileira, faz-se necessário assumir a perspectiva da experiência da diferença



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

colonial. Desta forma, no presente artigo, adotamos como *locus* de enunciação o ponto de vista de negros que atuam na articulação comunitária da periferia, buscando investigar o processo histórico de emancipação do bairro de Nova Constituinte, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Para tanto, foi preciso analisar o fenômeno da segregação racial e espacial no urbano a partir de uma perspectiva histórica a fim de resgatar as origens da condição socioespacial do negro em Salvador, reconhecendo a ocupação de terras devolutas ou privadas enquanto táticas como proposto em Certeau (2014).

Nesse contexto, ao estudar a organização política e o histórico de autoconstrução¹ em Nova Constituinte, observa-se que é percebida, na vivência das próprias lideranças locais, a relação entre as táticas de organização comunitária e os modos históricos de resistência e territorialidade dos quilombolas. Deste modo, a pesquisa se propôs a apresentar vivências de resistência, lutas e conquistas dos moradores de Nova Constituinte, buscando colocar em evidência a experiência de sujeitos que foram destituídos da condição de fala pelos discursos colonialistas. Segundo seus relatos, estes sujeitos consideram-se vitoriosos pela afirmação quilombola e pela sua emancipação enquanto bairro negro da periferia da cidade.

2. O NEGRO E A CIDADE

Vista do alto, a cidade de Salvador revela os seus contrastes na coexistência de pequenas “ilhas” de modernidade e vastas áreas de precariedade e exclusão. Tal cenário reflete as diferenças étnico-raciais, sociais, econômicas e culturais que configuram uma cidade segregada e desigual.

3 A construção, em larga escala, da moradia pelos próprios trabalhadores nas cidades brasileiras é reconhecida em Oliveira (1972). Considera-se aqui raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e exclusão (MUNANGA, 2003).



SALVADOR E SUAS CORES 2017

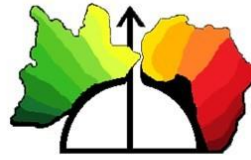
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

O fenômeno da segregação urbana, marca das cidades contemporâneas, tem sido alvo das preocupações de cientistas sociais e urbanistas desde a primeira metade do século XX, entretanto, não existe consenso no que tange a sua compreensão. Aqui, entende-se por segregação a distribuição desigual dos equipamentos e serviços que seguem as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, operam reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus *status* profissionais, do nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida, etc. (CASTELLS, 1983; CORRÊA, 2000 *apud* GARCIA 2006).

No Brasil, a questão urbana tem sido amplamente tratada por meio de estudos sobre periferias e favelas, sobretudo a partir da década de 1970. No entanto, em geral, estes trabalhos assumem uma perspectiva socioeconômica e pouco se debruçam sobre a influência das relações raciais nestes contextos (CARVALHO; BARRETO, 2007). Hasenbalg (1992) faz uma crítica a ausência da categoria raça⁴ nos estudos acadêmicos de diversas áreas:

(...) No Brasil tudo se passa como se a magnitude dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país jogasse para um futuro indefinido a discussão sobre o racismo, um problema aparentemente menor, quase que já resolvido pela nova Constituição no seu art. 5º, parágrafo XLII. Sendo assim, continuam a aparecer interessantes relatórios de pesquisa sobre trabalhos de campo em favelas que sequer mencionam a composição racial das mesmas, nem questionam por que há tantos negros e mestiços favelados (HASENBALG, 1992, p.10 *apud* GARCIA, 2006).

Alguns esforços têm sido empreendidos buscando a articulação entre discriminação racial e a segregação urbana (ROLNIK, 1989; TELLES, 2003; GARCIA, 2006; CARVALHO; BARBOSA, 2007), evidenciando os desafios de tratar da questão racial em um país onde, usualmente, o racial dilui-se num social indiscriminado que encobre as diferenças de condições entre diferentes grupos sociais.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

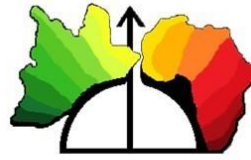
Telles (2003) demonstra que a raça não se constitui em uma categoria insignificante para a análise da segregação urbana, criticando a ideia de que a segregação residencial no Brasil se deva apenas às diferenças de classe, mas reconhece que a dimensão racial não é autoevidente. Em estudos realizados na cidade de Salvador, Carvalho e Barbosa (2007) reiteram esta afirmação.

Para Garcia (2006), a forma particular pela qual o racismo se introduziu e se desenvolveu na nossa sociedade coloca maiores desafios em interpretá-lo e combatê-lo. A autora afirma que o racismo à brasileira tem perpetuado as desigualdades raciais através da retórica anti-racialista, que reforça a naturalização das desigualdades raciais, assim como as sociais, confinando amplos segmentos negros a posições inferiores na hierarquia social e espacial.

Guimarães (1999) adverte que a democracia racial que se desenvolve nos anos 1930 a 1940 persiste até os dias atuais como paradigma do pensamento social brasileiro. De acordo com esta perspectiva acadêmica, que tem em Gilberto Freyre seu maior expoente, as desigualdades raciais são tratadas como um não-problema, acreditando em uma harmonia entre as raças. Desta forma, Guimarães (1999) nos alerta que “o racismo é um tabu”, pois “os brasileiros se imaginam numa democracia racial que é fonte de orgulho nacional”, fortalecendo “*status* de povo civilizado” (GARCIA 2006).

Em virtude do exposto, costuma-se desconsiderar que a segregação urbana e racial constatada em metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador (ROLNIK, 1989; TELLES, 2003; GARCIA, 2006; CARVALHO; BARBOSA, 2007), constitui uma recriação do modelo espacial casa grande/senzala forjado em uma sociedade colonial escravista.

Partindo-se da premissa de que a condição social do negro brasileiro, instituída no processo de escravidão manteve-se sendo parte contínua das bases de produção e de reprodução do capital na agricultura e, mais tarde, no espaço urbano, entende-se



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

que a análise espacial do capitalismo brasileiro é fundamental para a compreensão da segregação urbana e racial (CARRIL, 2006).

Adotando este ponto de vista, Garcia (2006), em seu estudo sobre segregação residencial e racismo, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, considera que as transformações do século XIX e a urbanização moderna, foram fundamentais para a recriação das oposições entre espaços dos brancos/espaço dos negros, particularmente nestas cidades, influenciadas por períodos coloniais e modernos.

De acordo com a autora, o intenso crescimento urbano observado na transição da cidade escravista para a cidade republicana trouxe, entre outras consequências, a crise de moradias, com a expansão das relações capitalistas na produção da habitação, com a exclusão da grande maioria da população dos meios de acesso à casa própria ou ao aluguel, deste modo, aos ex-escravos só restou ocupar morros, baixadas e alagados.

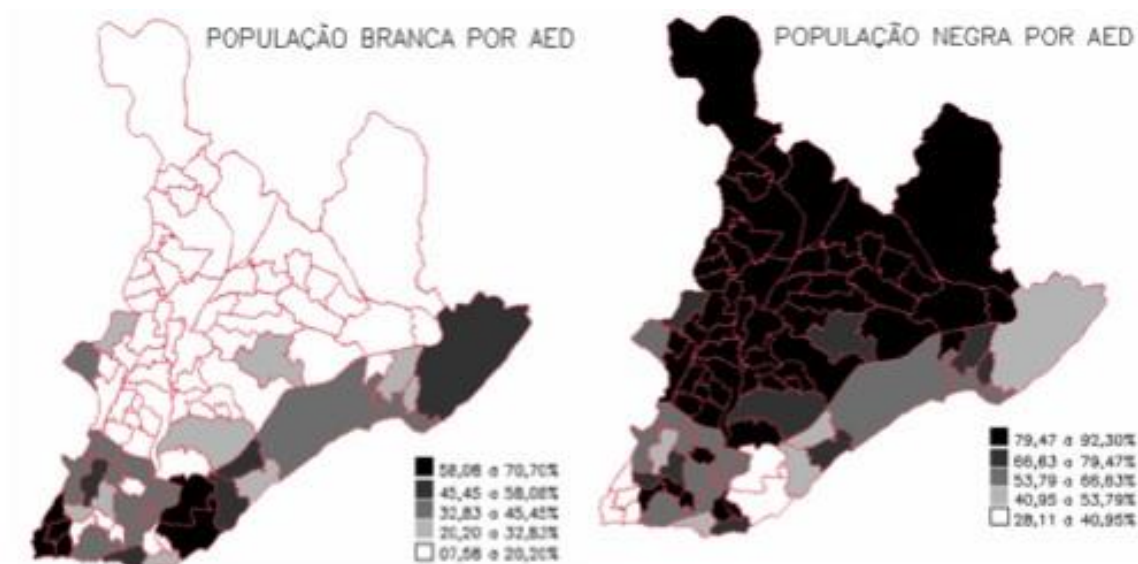
Na atualidade, as marcas deste processo ficam evidentes em Salvador onde os negros, mais de 80% da população total, concentram-se, principalmente, em bairros de baixo *status*, com alguma representatividade em bairros de status médio, enquanto, a população branca, cerca de 20% do total, se concentra, principalmente, nos bairros de classes de renda alta e média alta (GARCIA, 2006).

Nota-se, na figura 1, uma alta concentração da população negra de Salvador no setor noroeste da cidade. Nesta porção do município, localiza-se o Subúrbio Ferroviário de Salvador, uma extensa área de aproximadamente 4.145 ha, de formato longitudinal, que margeia a Baía de Todos os Santos, limitando-se a leste pelo Parque São Bartolomeu e ao norte pela Baía de Aratu, englobando o bairro de Nova Constituinte.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

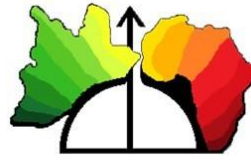


Área de ocupação antiga, através de engenhos e senzalas, onde resistiram indígenas e quilombolas, o Subúrbio Ferroviário apresenta composição racial bastante homogênea, com alta concentração de negros em todas as AEDs¹: Alto de Santa Terezinha e Ilha Amarela (84,1%); Coutos e Vista Alegre (91,9%); Fazenda Coutos (88,6%); Lobato (81,2%); Nova Constituinte e Parque Setúbal (90,6%); Paripe, São Tomé, Bate Coração e Tubarão (85,8%); Periperi, Mirante de Periperi e São Bartolomeu (80,7%); Plataforma (81,8%) e Rio Sena (84,8%) (GARCIA, 2006).

Acredita-se, então, que este é um setor da cidade propício à formação de territórios negros - espaço socialmente construído e vivido pelos negros enquanto obra coletiva construída peça a peça (ROLNIK, 1989). Expressando formas peculiares de apropriação e uso do solo urbano, peculiaridades que voltaremos o nosso olhar a seguir.

3. QUILOMBOS URBANOS: RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADE

¹ Área de Expansão Demográfica de acordo com a classificação do IBGE



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A condição social e espacial dos negros e negras na cidade, observada na atualidade, corresponde às novas formas assumidas pelas permanências históricas que remontam à formação socioeconômica brasileira, evidenciando as contradições na maneira peculiar pela qual os ideais do liberalismo europeu do século XIX foram incorporados por uma sociedade latifundiária e escravista.

Com a abolição, a forma de inserção do negro nas novas bases de produção do capital reatualiza a condição de superexploração da sua força de trabalho. O ex-escravo teve que competir em condições desiguais com o imigrante. A cor passa a ser, então, um componente que permite hierarquizar o trabalhador, atribuindo valor a força de trabalho e criando um contingente de reserva que rebaixa seus salários e depaupera as condições de reprodução dos meios de vida. Assim, a população negra vai sendo empurrada para os cortiços e favelas (CARRIL, 2006).

Se por um lado, o fenômeno das favelas, elemento fundamental na história das cidades, tem sido para esses grupos o único meio de conquistar um lugar na cidade, por outro, as classes dominantes e o Estado trabalham, em conjunto ou separadamente, para coibi-los, recorrendo a dois meios: a política de remoção - intervenção pública que destrói as casas e retira a pobreza do campo de visão, promovendo a valorização dos terrenos; e a urbanização da favela - erradicação de suas características por meio de políticas clientelistas (GARCIA, 2006; CARRIL, 2006).

Em estudo comparativo entre Rio de Janeiro e Salvador, Garcia (2006) identifica no caso soteropolitano uma forma peculiar de se apropriar do solo urbano. Em Salvador, a população utiliza o termo invasão para caracterizar a ação coletiva de tomada de terra. A autora observa, ainda, que o fenômeno da invasão apresenta uma dinâmica própria na qual, a partir da apropriação de um terreno, com o mínimo de consolidação, os ocupantes passam a designar a invasão como bairro popular buscando fugir do estigma produzido por este tipo de identificação.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A vasta produção acadêmica sobre o fenômeno favela/invasão, em geral, aborda a questão sob a perspectiva da ilegalidade, informalidade, revelando uma visão etnocêntrica e ahistórica, que acaba por encobrir as representações populares e a construção de suas territorialidades.

No entanto, um olhar mais atento para o referido revela - para além do aparente caos e desordem- práticas cotidianas, que se materializam no uso do espaço e nas formas decorrentes deste, e evidenciam uma lógica própria. Uma *ratio* “popular” como proposta por Certeau (2014), que consiste “em uma maneira de pensar investida em uma maneira de agir” (p. 41).

Para o autor, essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural. A estas práticas Certeau (2014) denomina de táticas em oposição à estratégia dominante. Assim, a tática consiste em

“um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como uma totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base para capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. (...) pelo fato do seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho. (CERTEAU, 2014, p. 45-46).

De acordo com o autor, as táticas são contrapontos a uma produção racionalizada, expansionista e centralizada, exercidos através da arte de fazer. Por meio destas, o consumidor ordinário altera os objetos e os códigos, reapropria-se do uso e do espaço, com uma astúcia pragmática e inventiva que se insinua silenciosamente, de forma muitas vezes ilegível para a racionalidade dominante, buscando viver da melhor maneira possível a ordem social imposta.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

As relações entre essas práticas e o campo de forças em que intervêm articulam conflitos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. Dessa forma, as táticas, engenhosidade do fraco sobre o forte, desembocam em uma politização das práticas cotidianas (CERTEAU, 2014).

Analisadas por este ponto de vista, as práticas de apropriação e uso que caracterizam as invasões em Salvador, podem ser consideradas como táticas de resistência. Essas práticas têm viabilizado territorialidades análogas às quilombolas, o que, no espaço urbano, permite à população negra revestir-se de poder civil e reivindicar a condição de cidadania.

Aqui, entende-se por quilombo uma forma de luta que se originou no sistema escravista, existindo até hoje como autoidentificação da luta pelo existir afrodescendente no campo e na cidade. A autoidentificação é, portanto, componente político-organizativo capaz de aglutinar um grupo e formular demandas econômicas, culturais e políticas em que a etnicidade tem um caráter mobilizador (CARRIL, 2006).

4. **DA INVASÃO AO BAIRRO DE NOVA CONSTITUINTE**

A história de Nova Constituinte inicia-se na década de 1980, a partir da sistemática ocupação de terrenos de uma antiga fazenda, próxima ao bairro de Periperi. Foi por meio da luta e resistência daqueles que ali optaram por morar que esta comunidade se consolidou e, com o passar dos anos, tem ampliado suas lutas e conquistas por direitos e políticas públicas.

As histórias contadas na associação de moradores revelam a criação coletiva de uma comunidade formada por pessoas que sofriam com os históricos problemas de acesso a moradia e cidadania por sua herança negra. A ocupação da fazenda que deu origem a Nova Constituinte retrata, assim, uma alternativa de moradia em condições



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

precárias, sendo que para essas pessoas, negros vindos em maioria do interior, a moradia urbana só foi viável em um contexto de intensa segregação urbana e racial. Recentemente reconhecido como bairro pela Lei Municipal 9.278/2017, Nova Constituinte (Figura 2) possui, segundo dados do seu Plano de Bairro (SALVADOR, 2008), 12.572 habitantes, sendo que 95,2% deles se declaram pretos ou pardos. Segundo dados de 2010 do IBGE, organizados pela CONDER, no bairro, 96,3% dos responsáveis por município possuem rendimento mensal de até dois salários mínimos.

Figura 2 – Poligonal do bairro de Nova Constituinte



Fonte: CONDER. Elaboração própria.

A intensa segregação urbana e racial vivida pelos indivíduos que ocuparam historicamente Nova Constituinte foi a motivação para inúmeras táticas que tem consolidado um bairro que se identifica política e historicamente com a luta quilombola, que garantiu aos negros e negras (seus moradores) melhores condições de vida por meio da resistência, ainda que em contextos violentos e adversos.

O estudo de como as táticas desses ocupantes e moradores, nas últimas décadas, inventaram um quilombo de resistência urbana que hoje se emancipa publicamente



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

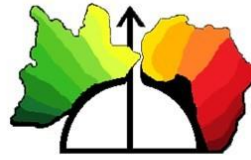
como bairro, representou uma potente pesquisa que aqui se apresenta, tentando visibilizar essa luta concreta e compreendê-la a partir das experiências quilombolas de resistência à segregação, elementos indissociáveis da história da população negra em sua territorialização na Bahia e no Brasil.

4.1 Da invasão à emergência do quilombo urbano

Ainda que consideremos que o conceito de quilombo urbano deva ser usado com muita cautela para a compreensão de espaços da cidade; pode-se dizer que para discutir o caso de Nova Constituinte o conceito ganha força, por ser este autodeclarado nas falas e documentos comunitários que fazem recorrente referência à luta quilombola. Esta identificação foi florescendo de modo gradual ao longo do amadurecimento da comunidade que passou a negar o estereótipo de invasão que lhes era dado.

A ocupação da fazenda da família Almaque Vasconcelos ocorreu de forma mais significativa após alguns moradores das redondezas descobrirem que os proprietários deviam impostos à prefeitura. Estimulados inicialmente por Isabel Bonfim, candomelecionista, e também por um grupo local da Igreja Católica, foram crescendo aos poucos o número de caminhos entre o grande matagal que era a fazenda, sendo abertos pelos próprios moradores que por ali iam demarcando lotes e construindo suas casas, à época, de taipa, argila, plástico e Eternit.

A ocupação que começou em 1985, no primeiro momento era conhecida como parte da invasão Barreiro, promovida por moradores que ocuparam terras próximas a Rua da Glória de Periperi. O nome Nova Constituinte foi escolhido em reunião dos moradores logo nos primeiros anos, em homenagem ao processo de eleição de um parlamento Constituinte que mobilizava todo o país.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Prevaleceu, portanto, entre os primeiros moradores um sentimento de identidade comum, laços estabelecidos no processo trabalhoso de criação das condições de moradia e reprodução da vida. A construção comunitária assim marcou a organização local, não apenas em âmbito residencial.

Devido a necessidade dos moradores, teve morador que teve papel de destaque na comunidade, ele buscava a melhora para sua rua, tinha morador que abria rua, tinha morador que capinava, então assim, a gente tinha muita dificuldade mas tinha rua que era referência porque tinha moradores que não tinha aquela noção que sou líder comunitário, que sou articulador, mas que faziam as coisas acontecerem (Arnaldo Anselmo, 29/09/2017).

Essa participação ativa de alguns dos primeiros moradores e moradoras também ocorria pela relação de parentesco comum entre os vizinhos. Segundo os depoimentos algumas famílias vieram inteiras morar no bairro, favorecendo ainda mais essa integração, que foi responsável pela criação da Associação de Moradores de Nova Constituinte, fundada em 1987, sob a liderança de Lígia Bonfim.

Logo depois, a presidência foi ocupada por Fernando 'Guaxinim', ex-policial, morador novo que venceu a escolha interna da entidade e que conseguiu registrá-la tendo como apoio suas relações políticas e com práticas de perseguição a alguns moradores que se opunham a ele.

Guaxinim foi uma figura muito polêmica que apesar de ser reconhecido por uns como uma liderança importante para algumas gestões internas da comunidade, era também muito criticado porque, como era envolvido com o tráfico de drogas, exercia, segundo o sr. Fernando, práticas muito autoritárias e repressivas, tendo agredido pessoas e perseguido aqueles que eram "de esquerda".



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Também nos primeiros anos da ocupação, foi consolidada a escola comunitária de Nova Constituinte. Criada por iniciativa dos próprios moradores, que solicitaram ao Padre Oliveira a utilização do pequeno imóvel que seria a capela na rua principal:

(...) aí veio a ideia vamos botar uma salinha de aula aqui, aí botava uma professora, dava uma ajuda de custo, que não pagava salário, uma professora local mesmo, aí veio a ideia vamos fazer uma escola comunitária aqui, aí foi ampliando, ampliando. (Luis Fernando, 29/09/201). Esta creche tornou-se a principal referência de integração comunitária local. Responsável por alfabetizar as crianças, este espaço também recebia reuniões comunitárias e, posteriormente, do Movimento de Cultura e Movimento em Defesa da Educação. Sobrevivendo até os dias de hoje, a creche foi responsável pela formação de inúmeras gerações de moradores do bairro.

Na primeira década de sua história, Nova Constituinte possuía precárias condições de urbanização: sem pavimentação, luz ou esgoto. Para beber água, era preciso acessar uma das fontes, localizadas nas partes mais altas.

As condições de vida dos moradores tornaram-se piores em meio aos conflitos internos entre os moradores e lideranças locais. De modo que, a liderança, considerada autoritária, de Guaxinim vivia em constante conflito com o grupo que organizava a creche comunitária. Esse é um período marcado por muitas perseguições dentro da comunidade. As constantes denúncias contra Guaxinim facilitaram a investigação de seus homicídios, fornecendo evidências que garantiram sua prisão.

Apesar de ter sido solto e voltado para N. Constituinte, poucos anos depois, Guaxinim foi assassinado, deixando a liderança da associação para uma aliada. Com o passar dos anos, essa se tornou totalmente inativa e, hoje, não possui qualquer trabalho efetivo na comunidade.

Esse novo momento facilitou a tentativa de alguns moradores antigos, entre eles sr. Luiz Fernando, que buscavam a rearticulação da liderança comunitária, de criar a Associação Quilombo Nova Constituinte por volta de 1992. A ideia desse grupo era



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

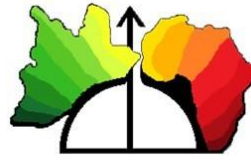
retomar as ações comunitárias, tendo como base o acúmulo político da escola comunitária local, que era o principal espaço de integração e fortalecimento da vida comunitária local, mantida com a colaboração de muitas pessoas. Essa experiência de autoconstrução da comunidade e do exercício da educação popular remeteu, para essa geração de lideranças, uma identificação com a luta quilombola.

(...) quilombo porque desde o primeiro momento do surgimento de N. Constituinte sempre foi uma questão de resistência, a comunidade sempre teve embates, sempre resistiu. Eu ouvi também uma história de uma moradora muito antiga, que não está mais entre a gente, de que ela disse que quando ela morava na rua da Glória, ali ainda não era N. Constituinte, mas ela já ocupava essa mata, muito ousada, numa ponta, os donos da área deixavam que ela ficasse, então Dona Lindaura dizia que quando ela chegou ela ainda encontrou índio, que encontrou uns negros que faziam carvão, que tinha umas coisas assim, ela contava umas histórias muito... (suspiro) e nos levou na área, que hoje é onde esta sendo o centro comunitário, que esta construindo, então é isso, terminou a gente vendo que tinha essa identidade de negro, de quilombo e ai a gente precisou marcar, fazer com que isso ficasse marcado na comunidade (Arnaldo Anselmo, 29/09/2017).

Pode-se dizer que Nova Constituinte possui um histórico de muita atuação política, não estrita apenas às suas associações de moradores formais. Muitas são as iniciativas registradas que envolveram projetos de cultura, arte e esporte. Deve-se destacar também o papel dos candomblés na ocupação local, de modo que, antigamente, existiam dezenas deles, alguns com atuação notável na comunidade. Atualmente o sr. Arnaldo identifica a existência de 4 terreiros. Como destaca também o líder comunitário, a população costuma participar quando as pautas são do seu interesse direto, assim, sempre tem pessoas interessadas em participar.

Segundo o plano de bairro (SALVADOR, 2008), em 1992 existiam 2.072 domicílios onde residiam 4.260 moradores. A década de 1990 registra um crescimento populacional mais acentuado (figura 3), quando o número de moradores passa a ser 9.769, divididos em 2.590 domicílios, nos anos 2000. Praticamente dobrou o número de famílias e residências, com acréscimo de famílias que vieram de outros bairros, por exemplo.

Figura 3 – Evolução da ocupação urbana.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO



Fonte: Salvador (2008)

Ao longo da década de 1990 muitas foram as vitórias para N. Constituinte, na maior parte dos casos conquistadas com muita luta pelos moradores. Entre os avanços para a comunidade encontra-se a ligação de energia, o Programa Bahia Azul, a regularização fundiária de parte dos lotes, a construção da Unidade de Saúde e algumas ações assistenciais. A colaboração de esforços entre associação, escola comunitária, grupos comunitários e moradores individuais tem permitido a organização popular e a conquista de direitos.

Esse contexto é, por sua vez, resultado de vivências conjuntas da comunidade em sua luta comunitária por direitos e contra o racismo, que era vivido na pele, desde os primeiros anos, pelos moradores locais ao transitarem na cidade. Acontece que no caso de Nova Constituinte, a organização comunitária convergiu para uma autodeclaração quilombola que buscava desconstruir a discriminação por ser morador da chamada “invasão”. Deve-se considerar que, o pé sujo com o barro das vias não asfaltadas de solo massapê, fizeram destes negros e negras ainda mais criminalizados.

No contexto de excessiva segregação socioespacial e racial é que emergiu como tática a construção de uma identidade comum de resistência comunitária em torno do reconhecimento da luta quilombola também como uma luta urbana, bem como a necessidade de emancipar um bairro frente a Periperi, para que a comunidade



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

pudesse, de fato, ser visibilizada e receber os investimentos necessários do poder público.

4.2 A afirmação do bairro frente à segregação

Entendida como dinâmica intra-urbana, a segregação é reconhecida nesse caso como igualmente racializada, isto porque, a condição de extrema segregação vivida por parte significativa da população negra de Salvador tem laços com o período colonial e com a falta de políticas públicas para negros pós-escravidão. Parte dessa população, vinda do interior, trazia a identidade de resistência e luta do negro do campo, como fez o sr. Luiz Fernando:

(...) até a gente colocou como aqui fosse um quilombo né, porque vários negros que veio, não teve oportunidade de ter um apartamento, de ter nada, veio para aqui. Gente que veio da roça, que não tinha profissões, outros que era da construção civil, hoje tem gente de toda maneira, tem gente que é advogado, tem assistentes sociais (29/09/2017)

Pode-se dizer que os moradores de Nova Constituinte têm vivido em seus cotidianos pela cidade, e no acesso ao bairro vizinho de Periperi, um acúmulo de opressões que caracterizam uma desvantagem concreta dessa população frente aos seus direitos e à mobilidade socioeconômica na cidade:

(...) a gente teve 3 opressões: pela questão da violência, pela questão da estrutura e a questão da discriminação. Porque é muito difícil você não ter uma escola e as crianças saírem pra estudar em Periperi e voltar e dizer assim: 'meu pai, eu cheguei lá e ninguém quer brincar comigo porque eu sou de N. Constituinte' (...) então se sentia totalmente discriminado, (...) ouvi muitos relatos de crianças, de pessoas que diziam assim: 'ah! não quero estudar não, chega lá ficam tudo me apontando, dizendo que sou da invasão'. Eu até costumo dizer que a gente teve muita dificuldade escolar para os jovens da comunidade porque a gente não teve um bom primário, porque alfabetização teve na escola comunitária, mas quando foi pra Periperi ele foi totalmente discriminado, sofreu muito: 'lá vem pé de lama', 'lá vem morto de fome', então isso terminou atrasando o processo escolar. (...). Então por isso que a nossa luta foi muito extensa durante 10 anos pela implantação de escola em nosso bairro, porque a gente detectou que o menino tava muito bem, rendia muito bem na escola comunitária, mas quando ia pro município ele se desmotivava, não queria (Arnaldo Anselmo, 29/09/2017).

A unidade em prol da educação e da infra-estrutura no bairro, somado às resistências



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

ao racismo social e institucional, consolidaram entre parte dos moradores uma identidade quilombola e a busca comum por emancipação popular, representada pela emancipação enquanto bairro e garantia de direitos, ainda que em meio a conflitos com alguns agentes da polícia, da política ou do tráfico. Desta forma, inúmeros são relatos de perseguições e ameaças, sendo que muitos moradores tiveram que deixar a comunidade por isso.

A tática de urbanização autoconstruída das vias, das casas, dos espaços comunitários era uma resposta a essa segregação vivida no cotidiano e reforçada através da omissão do poder público. Inicialmente fragmentada segundo os interesses de ruas, famílias ou grupos comunitários, as táticas passaram a assumir um contorno mais coletivo ao final da década de 1990 com a rearticulação da liderança local, alicerçada na ideia de que N. Constituinte era um quilombo urbano.

O Sr. Luis revela um crime cometido pelo poder público que marcou a memória local:

Colocaram pessoas de outras comunidades que estavam na miséria também em uma parte da Constituinte, essas pessoas chegaram até a óbitos, porque eles não deram assistência também na época, fizeram uma série de barracos e esses barracos hoje já não existem, eles já abandonaram. Como é que coloca pessoas sem dar uma estrutura de trabalho nem nada, porque não tinha, a gente que vivia aqui já tinha um trabalho, um empregozinho em algum lugar, tava aqui porque não tinha condição de comprar em outro local (Luis Fernando, 29/09/2017).

Em resposta a estas e outras injustiças, a tática coletiva que se consolidou no final do século XX e início do XXI foi a luta para difundir o sentimento de pertencimento dos moradores, que deveriam reconhecer N. Constituinte como bairro. Só assim, visualizavam as lideranças, era possível conter a discriminação e buscar investimentos e políticas públicas.

A gente já fazia essa discussão há muito tempo e brigava com a Prefeitura e com a CONDER e dizia que N. Constituinte era um bairro (...) eles pediam 5 pré-requisitos e a gente brigou numa audiência pública pra que a gente estivesse lá enquanto bairro, porque a gente mobilizou a comunidade e fizemos acontecer defendendo N.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Constituinte como bairro. (...) o desejo de pertencimento e de incorporar como bairro era porque a gente perdeu recurso, muita oportunidade, porque diziam que N. Constituinte era uma localidade de Periperi e na realidade se a gente for ver mesmo a poligonal de N. Constituinte ela tá maior que Periperi que já foi subdividida (Arnaldo Anselmo, 29/09/2017).

As lutas e resistências constantes fortaleceram os vínculos internos. Segundo os entrevistados a educação foi o fator mais preponderante da integração interna. O fato de os principais eventos locais ocorrem na escola comunitária e que quase todos os jovens tinham estudado lá, a tornaram centro cultural que tem favorecido a solidariedade entre os moradores.

Isso facilitou para que, na década de 2000, a Associação Quilombo Nova Constituinte e a Escola Comunitária tornassem-se parceiras centrais na elaboração do Plano de Bairro (SALVADOR, 2008), elaborado por meio de uma parceria entre UNEB e PMS, com a realização de inúmeros encontros, debates e votações entre membros da comunidade e técnicos do poder público. Neste documento está registrado o conjunto de intervenções almeçadas pela comunidade que envolvia a urbanização, obras de saneamento, reforma de casas, construção de equipamentos de educação e lazer, bem como criação de uma estação científica e ecológica no rio Paraguari.

Ainda que grande parte das intervenções sugeridas no plano de bairro não tenha saído do papel, permanecendo alvo de cobrança por parte dos moradores, a elaboração do mesmo foi pedagógica e fortaleceu a construção do sentimento de pertencimento ao bairro, também endossado pela gestão da Associação Quilombo Nova Constituinte. Deste modo, a luta e a visibilidade enquanto bairro e quilombo demarca uma fronteira contra a segregação urbana e racial, sustentada por meio de táticas cotidianas, ano a ano, que tem visado à consolidação de direitos e cidadania na cidade.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

4.3 Caminhos de emancipação

Como já citado, o poder público recentemente aprovou a lei que reconhece N. Constituinte como bairro, com base na delimitação proposta em Santos et al (2010). Este é um marco importante, porém não suficiente para explicar a emancipação, isto porque, para esta pesquisa, busca-se reconhecer o caminhar emancipatório dos moradores que garantiram sua moradia e que, com a organização coletiva, ressignificaram a invasão em quilombo e em bairro, categorias políticas necessárias para contrapor à segregação urbana e racial reforçada no cenário municipal:

Eu no meu modo de pensar eu sempre coloquei como bairro, mas alguns não, eu até reclamava com algumas pessoas, eu chegava aqui na associação encontrava alguém dizendo 'a invasão', eu dizia: não é invasão mais, a partir do momento em que temos boa parte dos benefícios, temos endereço fixo, não é invasão mais. Invasão é quando se começa uma coisa, pararam mais de falar isso, e a gente tem passado que não é invasão, e agora que se passou mesmo oficial que é bairro (Luiz Fernando, 29/09/2017)

Esse acúmulo de lutas e resistências comunitárias foi, nos anos 2000, substrato relevante que possibilitou investimentos sociais e a divulgação da luta de Nova Constituinte por emancipação, resultado do amplo convencimento de que ali se tratava de um bairro. Esse movimento posiciona o bairro enquanto um território negro de forte base comunitária, o que reforça sua representação quilombola.

Nesse contexto os moradores foram buscar investimentos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que deveria ser executado a partir de três etapas pela CONDER, um projeto de urbanização que envolvia pavimentação de ruas e construção de passeio e meio-fio, reforma de casas, implementação de saneamento, construção do Centro Comunitário e ligação com rede geral de esgoto (a não realização desta última tem contaminado o rio Paraguari).

O atraso dessas obras tem sido alvo de enfrentamento por parte dos moradores, o que fez com que elas acelerassem um pouco mais nos últimos 5 anos, com a



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

pavimentação de um grande número de ruas. Ressalta-se que até 2012 apenas a rua direta de N. Constituinte era asfaltada e hoje, muitas vias já possuem infra-estrutura básica, enquanto outras ainda carecem.

Apesar destes avanços, parte das reivindicações do plano de bairro tem sido ignorada pela CONDER, especialmente as que dizem respeito ao esgotamento sanitário e ao tratamento com um dos afluentes do rio Paraguari, presente no setor sul do bairro, que vem sendo poluído com o esgotamento dos tubos construídos a partir das intervenções da própria CONDER. Além de poluir o rio, a falta de prioridade para construção da chamada 'terceira etapa' da obra tem criado esgotos a céu aberto, espaços mais sujeitos a alagamentos e a doenças como a dengue. Essas problemáticas configuram o verdadeiro racismo institucional do poder público que ao resolver alguns problemas dos moradores, insistem em criar outros.

Nos últimos anos, também, foram concluídos os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) Hélio Viana (2015) e Willian Goés (2016) e foi implementada a primeira linha de microônibus (N. Constituinte – Calçada).

Outro fator ressaltado pelos entrevistados é a regularização do Correio nos últimos anos, que pela luta de algumas moradoras e da associação tem entregado as cartas em cada vez mais casas. Estas vivências têm consolidado o bairro enquanto uma representação simbólica da unidade territorial entre moradores de maioria negra, que buscam apoiar-se mutuamente. A linha de atuação das principais lideranças, por sua vez, converge na autoafirmação quilombola, reforçando Nova Constituinte enquanto território da negritude.

A resistência contra a criminalização se deu, mais uma vez, com a luta travada por volta de 2010, quando os moradores entraram com uma ação no Ministério Público contra um programa televisivo. Este promovia calúnias e crimes racistas contra a comunidade, a exemplo da ocasião em que simulou uma perseguição no bairro:



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A gente sofreu muito isso, teve um delegado em Periperi, horrível, que nos martirizou muito, nos destruiu durante muito tempo, marcou a gente com uma má imagem, como mau elemento, como uma comunidade extremamente intransitável e aí a gente precisou tomar alguma providência que foi quando a comunidade se mobilizou e provocou o MP para que tomasse providência contra um programa sensacionalista de televisão e esse delegado [Deraldo Damasceno] que só fazia agredir a imagem da comunidade; e aí agente conseguiu avançar, tanto que a gente conseguiu barrar que o apresentador usasse o nome de N. Constituinte, e o delegado também (Arnaldo Anselmo, 29/09/2017).

Ainda que com desavenças e diferenças entre alguns moradores e grupos no bairro – como na recente guerra entre gangues ocorrida em parte dos anos de 2015-16 - pode-se dizer que tem havido uma promoção cada vez mais intensa da identidade e do pertencimento das pessoas enquanto moradores do bairro. Este fato, além de representar uma emancipação política e cultural, tem favorecido práticas de solidariedade entre os moradores, estimulando, por exemplo, o consumo no comércio local.

O movimento amplo de promoção política e cultural de N. Constituinte enquanto bairro de característica quilombola reforça o resgate de sua ancestralidade negra, que por meio de táticas inventa um novo cotidiano, que neste caso tem a amplitude de um bairro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exercendo um diálogo entre teoria e empiria, esse trabalho apresentou considerações sobre a constituição espaço-temporal do bairro de Nova Constituinte, localizado no Subúrbio Ferroviário, que se formou enquanto periferia do bairro de Periperi, que, mesmo sendo considerado popular, é visto como subcentro de Salvador.

A realidade do bairro aqui apresentada foi, portanto, analisada sobre o prisma do histórico de ocupação e resistência neste sítio, representado pelas táticas praticadas



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

pelos diversos moradores, isolada ou coletivamente, revelando três identidades construídas socialmente na comunidade: a da invasão, do quilombo e do bairro.

As vivências comuns aos moradores que optaram por resistir neste espaço, segregados em termos raciais e urbanos, criaram um senso de coletividade frente à discriminação, favorecendo a organização comunitária e a autoconstrução como táticas cotidianas, reveladas pela gestão das ruas, na manutenção da creche e nas lutas políticas.

Neste sentido, o depoimento dos moradores e as leituras documentais revelam que a invasão tornou-se bairro aos olhos da sociedade e do Estado. Esta não nega sua origem e trajetória, reconhecendo-se politicamente como quilombo de resistência urbana, estabelecendo uma fronteira frente a processos de segregação e colonialismo.

Acredita-se, portanto, que com este artigo, foi possível reafirmar a construção de um argumento científico a partir do ponto de vista das pessoas negras e pobres, segregadas na cidade, reafirmando a atualidade do pensamento e da ação decolonial, demonstrada na emancipação da invasão em quilombo e bairro.

Finalmente, com este texto foi possível reforçar a aplicabilidade do quilombo enquanto conceito e categoria analítica por sua pertinência para explicar espaços que estabeleceram fronteiras frente a dominações de origem colonial e moderna, tanto em âmbito rural, quanto urbano, resgatando táticas usadas ao longo de séculos. Nesse sentido, aqui se reconhece Nova Constituinte enquanto bairro e quilombo urbano.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BERNADINO-COSTA, J.; GROSGOQUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 31, n. 1, p. 15-24, jan/abr. 2016.

CARRIL, L. F. B. *Quilombo, Favela e Periferia: A Longa Busca da Cidadania*. São Paulo: Annablume, 2006.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

CARVALHO, I. M. M.; BARRETO, V. S. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, vol. 18, p. 251-273, 2º sem. 2007.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22ª Edição. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GARCIA, A. S. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum, Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. 2006. 403 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

MUNANGA, K. *Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESBRJ, 05/11/2003. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Umaabordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> . Acesso em 23/09/2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Estudos Cebrap, 2, 1972.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (Etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, 1989.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de Salvador. *Projeto de elaboração de metodologia para desenvolvimento de plano de bairro*: Nova Constituinte. Salvador, Universidade Estadual da Bahia, 2008.

SANTOS, E.; PINHO, J. A. G.; MORAES, R. L. S; FISCHER, T (orgs.). *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p.

TELLES, E. E. *Racismo à Brasileira. Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.